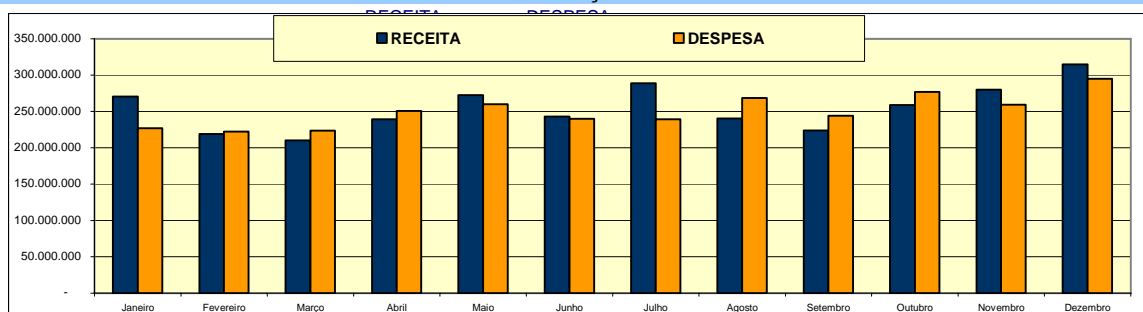


## RESULTADO DO TESOUREO ESTADUAL - 2006 ESTADO DE ALAGOAS

No exercício financeiro de 2006, o Tesouro estadual registrou um superávit orçamentário de 1,86%. As receitas realizadas totalizaram R\$ 3.061,9 bilhões, já as despesas orçamentárias devidamente registradas (SIAFEM) alcançaram R\$ 3.005,9 bilhões, este desempenho positivo deve ser creditado a excelente performance das receitas principalmente as receitas tributárias que cresceram em números reais 12,93% induzida pela excelente performance do ICMS, que montou R\$1.281,2 bilhões, ritmo este bem mais acelerado que o das transferências federais (6,59%). No entanto estas últimas continuam respondendo pela parcela maior dos ingressos líquidos nas contas do Tesouro estadual (R\$ 1.595,1 bilhões), por sua vez as receitas tributárias arrecadadas diretamente através da conta única estadual que são destinadas a cobrir os gastos públicos estadual totalizaram R\$ 1.045,4 bilhões; a conta receita também foi beneficiada com o ingresso de recursos eventuais (vendas de ativos em poder do Tesouro estadual - FCVS e CVS) que renderam R\$ 55,6 milhões o crescimento mais reduzido nos gastos públicos inerentes à execução orçamentária de 2006 (3,82% real), também contribuiu para este desempenho positivo.

**GRÁFICO I - COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA EXEC.ORÇAMENTÁRIA - Janeiro-Dezembro/2006**



**EVOLUÇÃO MENSAL DA RECEITA E DESPESA - Janeiro - Dezembro/2006**

PERÍODO	RECEITA		DESPESA		(RECEITA / DESPESA)
	VALOR	VARIÇÃO (%)	VALOR	VARIÇÃO (%)	(%)
Janeiro	270.523.781,00	0,00	226.828.062,74	-	19,26
Fevereiro	218.988.536,20	-19,05	222.192.325,98	-2,04	-1,44
Março	212.034.866,97	-3,18	223.388.130,31	0,54	-5,08
Abril	239.270.471,76	12,84	250.577.965,70	12,17	-4,51
Mai	272.265.607,51	13,79	259.879.220,53	3,71	4,77
Junho	242.934.634,66	-10,77	239.912.209,23	-7,68	1,26
Julho	288.837.527,11	18,90	239.367.557,43	-0,23	20,67
Agosto	240.209.546,76	-16,84	268.386.323,45	12,12	-10,50
Setembro	223.826.756,71	-6,82	244.250.509,56	-8,99	-8,36
Outubro	258.744.319,35	15,60	277.047.889,45	13,43	-6,61
Novembro	279.712.060,86	8,10	259.106.332,63	-6,48	7,95
Dezembro	314.593.449,46	12,47	294.992.456,55	13,85	6,64
<b>T O T A L</b>	<b>3.061.941.558,35</b>	<b>-</b>	<b>3.005.928.983,56</b>	<b>-</b>	<b>1,86</b>

Fonte: SEFAZ

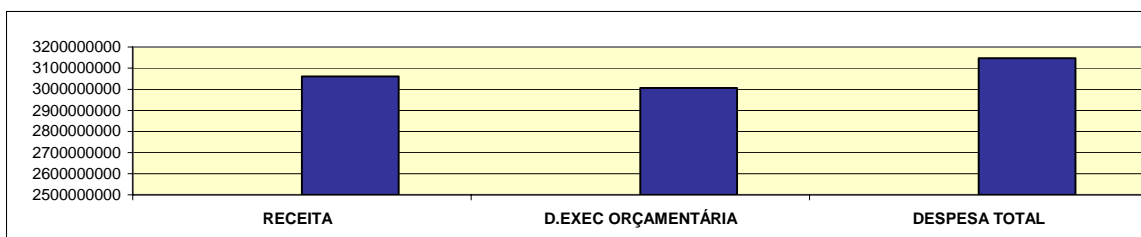
Nota: No total da despesa não estão incluídos os gastos com restos a pagar e precatórios

No entanto quando a análise das contas públicas estaduais do exercício financeiro de 2006, passa a ser feita observando o efetivo ingresso de receitas e os dispêndios

efetivados ao longo do período em análise passa-se a observar um desequilíbrio financeiro de R\$ 84,5 milhões nas contas do Tesouro estadual uma vez que as receitas não se alteram (R\$ 3.061,9 bilhões) e as despesas passam a somar R\$3.146,4 bilhões, este incremento nas despesas advem dos restos a pagar do exercício de financeiro de 2005, que alcançou R\$ 192,2 milhões e foi resgatado em parte no período em análise (R\$140,5 milhões), permanecendo um saldo de R\$ 51,7 milhões, evidencie-se que este é o maior saldo de restos a pagar registrado nos últimos 03 anos e corresponde a um crescimento nominal de 280% e 238% quando o comparativo se der com os exercícios financeiros de 2003 e 2004.

Este desequilíbrio passa a ser bem mais forte quando se incorpora a este déficit financeiro, outras pendências que estão sendo levantadas pela Secretaria da Fazenda e que devem ser administradas pelo Tesouro estadual tais como: R\$ 75,6 milhões de restos a pagar/2006, um saldo de R\$ 41,6 milhões de consignações descontadas de servidores e não repassadas aos credores e um débito de R\$ 21,0 milhões referente a repasses constitucionais principalmente de ICMS e IPVA acrescente-se R\$ 9,8 milhões, fruto de parcela de 13º salário /2006 pago em 2007, juntamente com R\$ 21,6 milhões de dívida vencida , mais R\$ 24,6 milhões de débitos em atraso com INSS,PASEP e FGTS, em dezembro no valor de R\$ 21,6 milhões e retenções do FUNDEF e não repassadas aquele fundo que chegam a R\$ 34,8 milhões somando-se estas pendências com os R\$ 84,5 milhões acima referido o Tesouro estadual terá que administrar um déficit estrutural em suas contas de R\$ 313,5 milhões ao longo dos exercícios financeiros futuros . Acrescente-se que neste quadro de desequilíbrio não estão incluídos caso tenha ocorrido compromissos assumidos por dirigentes dos diversos órgãos da administração direta e indireta sem o devido registro legal no SIAFEM através do efetivo empenho dos mesmos e a folha de pessoal do Poder Executivo referente ao mês de dezembro de 2006, uma vez que está incluída no demonstrativo geral de despesa apresentado dentro do Boletim Econômico e seu pagamento vem sendo realizado ao longo dos últimos exercícios no mês subsequente a efetivação da mesma, alguns destes valores poderão sofrer algumas correções quando da consolidação das contas publicas para elaboração do balanço geral do Estado de Alagoas.

**GRÁFICO II- COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA EXEC. ORÇAMENTÁRIA X DESPESA TOTAL - 2006**



No acumulado de janeiro a dezembro de 2006, as receitas do Tesouro estadual cresceram nominalmente 14,32% quando comparadas com o mesmo período de 2005, como já evidenciado em análises anteriores este desempenho é bastante inferior ao alcançado naquele exercício que foi de 23,11%. O destaque maior coube ao grupo das receitas tributárias (18,13%) impulsionado principalmente pelo excelente desempenho da receita de ICMS que cresceu 16,68%, que ultimo trimestre de 2006 apresentou um crescimento bastante expressivo (31,54%) comparado ao mesmo período de 2005, o que valeu uma arrecadação de R\$ 1.281,2 bilhões no exercício em análise, já o IPVA alcançou a soma de R\$ 67,1 milhões e apresentou o maior crescimento percentual no citado grupo de

receita alcançando um incremento de 24,00% no comparativo com o exercício passado. No grupo das transferências federais o destaque maior coube ao FPE, quando a análise se dar por conta do volume de recursos financeiros (R\$1,379 bilhões) com um crescimento de 10,67 % o que equivaleu a um aporte financeiro adicional de R\$ 133,0 milhões no período de janeiro/dezembro de 2006, acrescente-se que este crescimento é bem mais reduzido que o observado em igual período de 2005, que foi de 25,13%, destaques também para o desempenho das receitas com os títulos IPI - exportação com crescimento de 54,78 %, a CIDE que cresceu 28,72% alcançando um volume de recursos financeiros da ordem de R\$ 25,5 milhões. As retrações que vinham sendo constatadas ao longo dos trimestres anteriores no grupo das transferências federais no item fomento a exportações, conhecida como Lei Kandir, foram devidamente corrigidas no ultimo trimestre de 2006, com a edição de uma Medida Provisória por parte do governo Federal, trazendo como consequência um ingresso adicional desta receita no Tesouro estadual de R\$ 47,3 milhões entre os meses de novembro e dezembro do corrente exercício.

<b>COMPARATIVO: RECEITA TOTAL - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro-Dezembro / 2005-2006</b>						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>1.184.509.756,18</b>	<b>1.399.254.236,99</b>	<b>18,13</b>	<b>1.249.633.895,52</b>	<b>1.411.218.726,63</b>	<b>12,93</b>
ICMS	1.098.100.492,36	1.281.244.101,99	16,68	1.158.612.682,53	1.294.846.661,89	11,76
IPVA	54.137.792,30	67.131.705,14	24,00	57.103.073,46	64.959.203,16	13,76
ITCD	1.511.197,60	1.608.238,28	6,42	1.604.678,97	1.651.027,16	2,89
TAXAS	1.754.458,36	1.766.906,29	0,71	1.852.988,90	1.786.391,92	-3,59
Fundo Combate Pobreza (2)	...	30.795.749,04	-	...	31.124.535,34	-
Outras Rec.Tributárias	29.005.815,56	16.707.536,25	-63,92	30.460.471,67	16.850.907,15	-44,68
<b>Outras Receitas (3)</b>	<b>46.305.837,59</b>	<b>55.697.411,81</b>	<b>20,28</b>	<b>47.703.623,80</b>	<b>56.293.198,58</b>	<b>18,01</b>
<b>TRANSF. FEDERAIS</b>	<b>1.447.474.344,39</b>	<b>1.606.989.909,55</b>	<b>11,02</b>	<b>1.526.625.217,01</b>	<b>1.627.182.936,64</b>	<b>6,59</b>
FPE	1.246.234.697,61	1.379.240.067,49	10,67	1.314.507.838,08	1.394.249.461,95	6,07
IPI (Exportação)	6.056.257,66	9.373.806,10	54,78	6.386.362,40	9.471.908,46	48,31
XISTO/GÁS (Royalties)	42.184.779,50	47.287.912,77	12,10	44.391.926,20	47.840.061,20	7,77
REC. HÍDRICOS	8.444.037,30	10.164.797,68	20,38	8.889.075,84	10.273.528,98	15,57
FEP	4.166.372,95	4.926.588,32	18,25	4.399.435,74	4.978.737,23	13,17
TRANSF. I. RENDA	60.043.968,05	69.336.585,48	15,48	63.251.989,29	70.048.723,68	10,75
DNPM	46.275,42	56.482,72	22,06	48.879,56	57.043,54	16,70
L. Kandir(Q.parte Estado)	21.425.789,88	12.288.217,54	-42,65	22.728.237,47	12.382.374,51	-45,52
CIDE	19.811.603,52	22.404.295,19	13,09	21.037.236,42	25.774.605,60	22,52
MP 193 CEX(Q.parte.Est)	39.060.562,50	51.911.156,26	32,90	40.984.236,01	52.106.491,50	27,14
<b>TOTAL</b>	<b>2.678.289.938,16</b>	<b>3.061.941.558,35</b>	<b>14,32</b>	<b>2.823.962.736,33</b>	<b>3.094.694.861,85</b>	<b>9,59</b>

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) - No exercício de 2005 os valores do Fundo de Combate a Pobreza estão incluídos em Outras Receitas.

(3) 2006 - Recursos provenientes ds vendas do FCVS e Títulos CVS.

2005 - CEF - Conta salário.

<b>ARRECAÇÃO DO ICMS - ESTADOS DO NORDESTE - Valores em R\$ Mil - 2003 - 2005</b>					
ESTADOS	I C M S			Crescimento Nominal	
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Maranhão	979.434	1.191.859	1.463.924	20,82	23,71
Piauí	612.352	761.714	902.277	24,39	18,45
Ceará	2.633.552	2.994.081	3.144.615	13,71	5,01
Rio G. do Norte	1.186.707	1.394.630	1.616.429	17,53	15,90
Paraíba	1.040.954	1.144.547	1.336.561	9,94	16,79
Pernambuco	3.177.688	3.667.071	4.313.199	15,39	17,63
<b>Alagoas</b>	<b>799.525</b>	<b>973.291</b>	<b>1.098.100</b>	<b>20,20</b>	<b>14,27</b>
Sergipe	764.509	873.013	1.010.710	14,19	15,77
Bahia	5.871.355	7.132.795	7.820.304	21,44	9,68

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

COMPARATIVO DO ICMS ARRECADADO - ALAGOAS - NORDESTE - BRASIL - 2005 - Valores em R\$ Milhão						
Especificação	Alagoas	Nordeste	Brasil	Participação Percentual		
				AL / NE	AL / BR	NE / BR
Janeiro	97	1.979	13.080	4,90	0,74	15,13
Fevereiro	82	1.722	11.681	4,76	0,70	14,74
Março	87	1.628	11.832	5,34	0,74	13,76
Abril	96	1.800	12.638	5,33	0,76	14,24
Mai	85	1.862	12.623	4,56	0,67	14,75
Junho	99	1.855	12.735	5,34	0,78	14,57
Julho	83	1.793	12.589	4,63	0,66	14,24
Agosto	84	1.798	12.781	4,67	0,66	14,07
Setembro	97	2.131	13.568	4,55	0,71	15,71
Outubro	86	1.986	13.504	4,33	0,64	14,71
Novembro	84	2.002	13.461	4,20	0,62	14,87
Dezembro	118	2.147	14.317	5,50	0,82	15,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.098</b>	<b>22.703</b>	<b>154.810</b>	<b>4,84</b>	<b>0,71</b>	<b>14,67</b>

Fonte: COTEPE, SEFAZ/AL

No item outras receitas tributárias o montante de recursos financeiros arrecadados pelo fundo de combate a pobreza – FECOEP alcançou a soma de R\$ 30,7 milhões, enquanto a receita honorários advocatícios da Procuradoria Geral de Estado de Alagoas, somou R\$ 857,0 mil já a receita com a cobrança da dívida ativa somou a irrisória quantia de R\$ 26,0 mil no período em análise.

No exercício financeiro de 2006, mais precisamente no 3º trimestre o Tesouro estadual contabilizou também um volume considerável de recursos financeiros dentro do item denominado de outras receitas, ou receitas eventuais (R\$ 55,6 milhões) recursos estes provenientes das vendas de títulos representativos da dívida pública Federal, sendo R\$ 33,5 milhões relativos ao fundo de compensação de variações salariais – FCVS negociados junto a CETIP e R\$ 22,1 milhões de títulos CVS negociados com o BNDES. Por sua vez as transferências voluntárias efetivadas pelo Governo Federal, através de convênios aplicados nas diversas áreas de atuação do Poder Público estadual somaram R\$ 173,5 milhões em 2006 (fonte - SIAFEM).

ARRECAÇÃO DO ICMS X PRODUTO INTERNO BRUTO - Valores em R\$ Milhão - 2002 - 2003						
ESTADOS	PIB		ICMS		(ICMS/PIB)%	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Maranhão	13.984	16.547	979	1.192	7,00	7,20
Piauí	7.325	8.611	612	762	8,36	8,85
Ceará	28.425	33.261	2.634	2.995	9,26	9,00
Rio G. do Norte	13.696	15.906	1.187	1.395	8,66	8,77
Paraíba	13.711	14.863	1.041	1.145	7,59	7,70
Pernambuco	42.261	47.697	3.178	3.667	7,52	7,69
<b>Alagoas</b>	<b>10.326</b>	<b>11.556</b>	<b>800</b>	<b>973</b>	<b>7,74</b>	<b>8,32</b>
Sergipe	11.704	13.121	765	873	6,53	6,65
Bahia	73.166	86.882	5.871	7.133	8,02	8,21
<b>NORDESTE</b>	<b>214.598</b>	<b>248.445</b>	<b>17.066</b>	<b>20.133</b>	<b>7,95</b>	<b>8,10</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1.556.154</b>	<b>1.766.621</b>	<b>119.299</b>	<b>137.938</b>	<b>7,67</b>	<b>7,81</b>

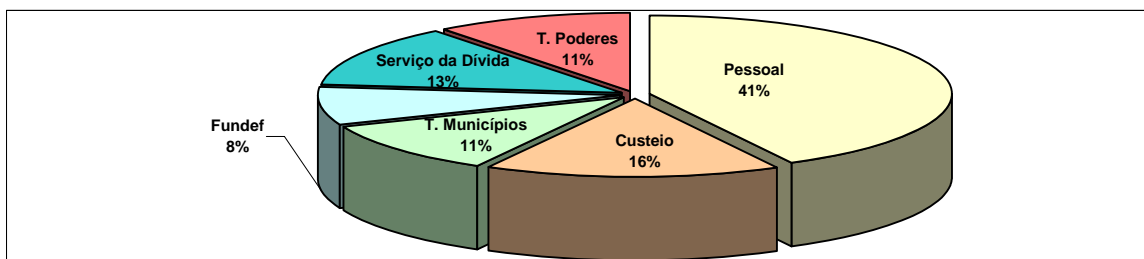
Fonte: IBGE - COTEPE

As despesas orçamentárias do Tesouro estadual no período de janeiro/dezembro de 2006 totalizaram R\$3.005,9 bilhões, com um incremento de 8,86% em relação ao mesmo período de 2005, resultando em um aumento nos gastos públicos estaduais de R\$239,5 milhões, este desempenho é bem mais modesto que o verificado em igual período no exercício passado (25,75%). Como já constatado nas análises dos três primeiros trimestres de 2006, as transferências a outros Poderes incluindo-se o Ministério Público responderam pelo maior incremento nos gastos com a manutenção da máquina administrativa estadual (R\$358,6 milhões) com uma elevação de 16,69 % o que resultou em um gasto adicional de mais R\$51,3 milhões quando o comparativo é feito com igual período do ano anterior; Já os

gastos sob responsabilidade do Poder Executivo alcançaram R\$ 2.647,3 bilhões com um incremento de 7,88 %, comparando-se ao exercício de 2005.

Como já constatado no grupo das receitas houve também uma desaceleração no nível dos gastos públicos estaduais, saliente-se que esta retração foi bem mais acentuada que a ocorrida no desempenho das receitas. O item despesa com pessoal do Poder executivo consumiu R\$ 1.252,1 bilhões representando 41% da composição geral da despesa o que acarretou um incremento de R\$ 101,7 milhões neste item de despesa em 2006, seguido pelo item custeio/investimento com 16 % deste total, saliente-se que esta despesa tem crescido aceleradamente nos últimos três anos saindo de 14% em 2004, chegando a 21% em 2005 retornando a 16% neste exercício de 2006, quando o recomendável para que se mantenham as contas publicas dentro de um equilíbrio é uma participação média de 10% no total dos gastos. Pode-se responsabilizar principalmente a este elevado dispêndio as dificuldades atuais das contas do Tesouro estadual, ficando em terceiro lugar os gastos com o serviço da dívida pública estadual (13%), consumindo R\$381,0 milhões do Tesouro estadual.

GRÁFICO III- COMPOSIÇÃO GERAL DA DESPESA



Já os gastos com transferências a outros Poderes e transferências a municípios se igualaram em 11% e o item designado de fundef/liquido (estes recursos são transferidos aos municípios) consumiu 8% do total geral dos gastos do Tesouro estadual no exercício de 2006.

TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - PERÍODO: 2005-2006

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
<b>Transf. a Poderes</b>	<b>307.334.757,16</b>	<b>358.627.485,56</b>	16,69	<b>324.378.347,78</b>	<b>362.547.142,98</b>	11,77
Tribunal de Justiça	122.808.687,98	141.050.238,30	14,85	129.640.750,78	142.626.958,79	10,02
Tribunal de Contas	37.558.190,25	43.052.163,96	14,63	39.639.144,98	43.517.898,59	9,79
Assembleia Legislativa	94.308.303,25	113.987.000,00	20,87	99.515.500,23	115.198.217,96	15,76
Ministério Público	52.659.575,68	60.538.083,30	14,96	55.582.951,79	61.204.067,64	10,11
<b>Poder Executivo</b>	<b>2.454.037.797,10</b>	<b>2.647.301.498,00</b>	<b>7,88</b>	<b>2.585.571.392,49</b>	<b>2.658.705.550,15</b>	<b>2,83</b>
Pessoal (Desp.Bruta)	1.150.417.190,77	1.252.172.418,29	8,85	1.211.874.368,35	1.265.265.923,60	4,41
Custeio / Investimento (2)	460.259.621,03	454.695.191,70	-1,21	483.504.673,07	456.927.582,27	-5,50
Transf. a Municípios	283.064.939,89	336.815.578,70	18,99	298.691.494,70	340.492.285,25	13,99
Fundef / Líquido	180.147.122,75	222.583.368,80	23,56	190.182.700,25	212.404.193,00	11,68
Serviço da Dívida	380.148.922,66	381.034.940,50	0,23	401.318.156,12	383.615.565,82	-4,41
<b>TOTAL</b>	<b>2.761.372.554,26</b>	<b>3.005.928.983,56</b>	<b>8,86</b>	<b>2.909.949.740,26</b>	<b>3.021.252.693,12</b>	<b>3,82</b>

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) - Valores atualizados pelo SIAFEM

O volume de recursos financeiros que ingressou no Tesouro estadual no 4º

trimestre/2006 foi da ordem de R\$ 853,0 milhões, com um crescimento nominal de 13,31% quando comparado ao 3º trimestre, o que equivaleu a aporte financeiro que superou a R\$ 100,0 milhões, a receita com o ICMS foi a maior responsável por este grande incremento somando R\$ 377,2 milhões com um crescimento de 31,54% no período, com uma recuperação considerável uma vez que seu desempenho no trimestre passado foi bastante sofrível (-10,45%), esta performance pode ser creditada principalmente a arrecadação deste tributo no mês de outubro (R\$133,4 milhões) com um crescimento de 55,03% quando se compara ao mesmo período de 2005, credite-se este incremento aos recolhimentos bastante elevados, sem justificativa dos setores de comunicação e energia elétrica que arrecadaram R\$ 57,8 milhões juntos nos meses de outubro e novembro, seguida pela receita da Lei Kandir/Medida Provisória que foi da ordem de R\$ 47,3 milhões contra uma receita inexistente neste item no trimestre anterior. Já o FPE cresceu apenas 7,63% e somou R\$ 352,9 milhões, a transferência do imposto de renda que é representada basicamente pelos descontos nos salários dos servidores públicos estaduais foi de R\$ 20,1 milhões, com um crescimento de 9,73%, alguns itens das transferências federais que não representam volumes financeiros consideráveis apresentaram reduções em seus valores neste 4º trimestre, parte desta redução se justifica pelo incremento acentuado acontecido no 3º trimestre. Ainda no grupo das receitas tributárias destaque para a queda na arrecadação do Imposto sobre propriedade de veículos automotores – IPVA (-56,04%) justificado principalmente pela sazonalidade em seu fluxo arrecadatório, uma vez que no 3º trimestre esta receita cresceu 69,24% já o fundo de combate à pobreza – FECOEP experimentou um incremento de 30,77% , fruto sem dúvida alguma advindo da excepcional performance da receita do ICMS neste 4º trimestre .

<b>R E C E I T A - (Receita Tributária, Transf. Federais e Outras Receitas)</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>144.932.710,25</b>	<b>126.844.888,07</b>	<b>135.198.540,58</b>	<b>406.976.138,90</b>	<b>324.477.812,12</b>	<b>25,42</b>
ICMS	133.497.316,93	118.020.560,77	125.746.295,36	377.264.173,06	286.814.892,90	31,54
Outras Rec Tributárias	11.435.393,32	8.824.327,30	9.452.245,22	29.711.965,84	37.662.919,22	-21,11
<b>Transf. Federais</b>	<b>113.811.609,10</b>	<b>152.867.172,79</b>	<b>179.394.908,88</b>	<b>446.073.690,77</b>	<b>372.698.606,65</b>	<b>19,69</b>
FPE	94.075.155,32	115.865.873,31	140.902.714,80	350.843.743,43	325.981.253,89	7,63
Outras Transf. Federais	19.736.453,78	37.001.299,48	38.492.194,08	95.229.947,34	46.717.352,76	103,84
<b>Outras Receitas (1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>55.697.411,81</b>	<b>-100,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>258.744.319,35</b>	<b>279.712.060,86</b>	<b>314.593.449,46</b>	<b>853.049.829,67</b>	<b>752.873.830,58</b>	<b>13,31</b>

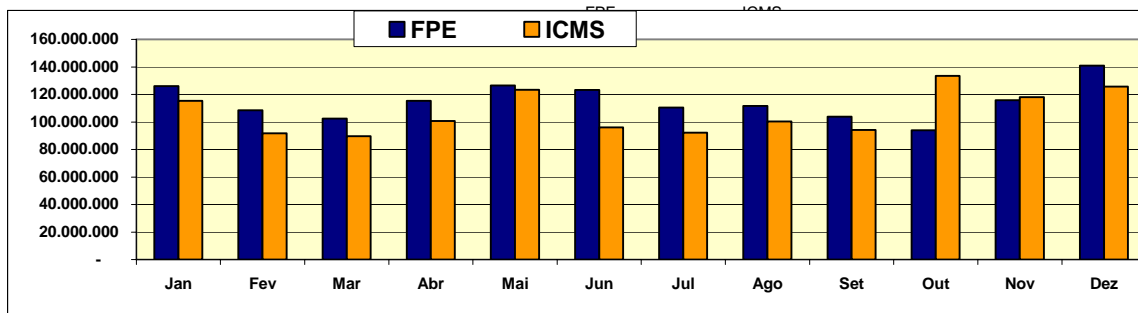
Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Recursos provenientes ds vendas do FCVS e Títulos CVS.

<b>T R A N S F E R Ê N C I A S F E D E R A I S</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
FPE	94.075.155,32	115.865.873,31	140.902.714,80	350.843.743,43	325.981.253,89	7,63
IPI - exportação	803.092,69	808.041,33	1.091.441,43	2.702.575,45	2.402.706,34	12,48
XISTO/GÁS (Royalties)	3.785.546,69	3.856.202,08	3.610.041,72	11.251.790,49	11.671.194,96	-3,59
REC. HÍDRICOS	957.196,75	984.002,60	1.019.568,32	2.960.767,67	3.277.247,62	-9,66
FEP	465.091,52	419.674,60	397.141,81	1.281.907,93	1.358.815,42	-5,66
TRANSF. I. RENDA	6.172.496,88	6.252.794,29	7.692.381,71	20.117.672,88	18.334.144,27	9,73
DNPM	3.113,03	3.919,57	4.954,08	11.986,68	15.356,71	-21,94
L. Kandir(Q.Parte/Est)	1.024.018,13	1.024.018,13	1.024.018,13	3.072.054,39	3.072.054,39	0,00
CIDE	6.525.898,09	-	-	6.525.898,09	6.585.833,05	-0,91
MP 193 CEX(Q.Parte,Est)	-	23.652.646,88	23.652.646,88	47.305.293,76	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>113.811.609,10</b>	<b>152.867.172,79</b>	<b>179.394.908,88</b>	<b>446.073.690,77</b>	<b>372.698.606,65</b>	<b>19,69</b>

Fonte: SEFAZ

GRÁFICO IV - COMPARATIVO DAS RECEITAS DE ICMS E FPE - Janeiro - Dezembro/2006



R E C E I T A T R I B U T Á R I A E O U T R A S R E C E I T A S						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
ICMS	133.497.316,93	118.020.560,77	125.746.295,36	377.264.173,06	286.814.892,90	31,54
IPVA	6.344.483,85	3.502.143,95	1.933.707,29	11.780.335,09	26.800.344,22	-56,04
ITCD	141.212,92	168.754,93	257.931,99	567.899,84	330.734,99	71,71
TAXAS	149.695,76	153.967,67	132.780,64	436.444,07	477.542,68	-8,61
Fundo Combate Pobreza	3.336.947,62	3.370.378,88	2.497.852,86	9.205.179,36	7.038.946,57	30,77
OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS	1.463.053,17	1.629.081,87	4.629.972,44	7.722.107,48	3.015.350,76	156,09
<b>Outras Receitas (1)</b>	-	-	-	-	55.697.411,81	-100,00
<b>TOTAL</b>	<b>144.932.710,25</b>	<b>126.844.888,07</b>	<b>135.198.540,58</b>	<b>406.976.138,90</b>	<b>380.175.223,93</b>	<b>7,05</b>

Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Recursos provenientes das vendas do FCVS e Títulos CVS.

Ao final exercício financeiro de 2006 a arrecadação do ICMS por natureza de recolhimento, praticamente manteve a mesma configuração das análises elaboradas nos 1º, 2º e 3º trimestres deste ano de 2006 com algumas variações que, no entanto, que altera pouco a performance apresentada no mesmo período do exercício de 2005. Mais uma vez as performances que continuam a merecer destaque principalmente pelo peso individual de cada um destes itens no volume de receita arrecadada são: O desempenho do item denominado de comunicação que despencou de uma participação de 12,29 % em 2004 10,80 % em 2005 e alcança 9,10% no exercício em análise se não bastasse a redução percentual em 2006 houve uma queda injustificável também no montante da receita arrecadada (R\$116,6 milhões) contra R\$ 118,0 milhões em 2004, já o item denominado energia elétrica ao contrário do primeiro experimentou um crescimento de 65,45% quando a comparação é feita com igual período de 2005, atingindo uma arrecadação de R\$149,3 milhões. A melhor resposta para o crescimento da receita advinda do setor de energia elétrica, continua sendo o recolhimento de ICMS atrasado devido pela companhia energética do estado de Alagoas – CEAL, no valor de R\$ 39,4 milhões efetivado mês de maio do corrente exercício bem como a regularização dos recolhimentos nos meses subsequentes. Um outro item que merece ser citado pelo bom desempenho que vem experimentando é o titulado como parcelamento do setor sucroalcooleiro que alcançou um crescimento de 73,19% neste período com uma arrecadação de R\$ 38,2 milhões, destaque também para o crescimento expressivo de 136,27% quando comparado ao exercício de 2005, da receita com o título remissão (REFAZ Lei estadual nº 6567/2006) que neste exercício que resultou em uma arrecadação de R\$19,5 milhões no período análise.

Voltamos a reiterar a necessidade de uma análise mais acurada no baixo volume de receita que tem ingressado nos cofres públicos estaduais advindo da Lei 6410/2003 – ICMS telecomunicação e importação, operações estas que os seus demandadores podem

beneficia-se com a compra dos chamados precatórios junto a servidores públicos estaduais, no período de janeiro/dezembro de 2006, foram registrados nos mapas de arrecadações mensais – MANs de 2006 o montante de R\$.657,0 mil muito embora a procuradoria geral do Estado de Alagoas tenha expedido termos de certificações de liquidez de créditos que beneficiam junto ao Tesouro estadual servidores e outros credores no total R\$ 220,9 milhões no período de janeiro/outubro de 2006.

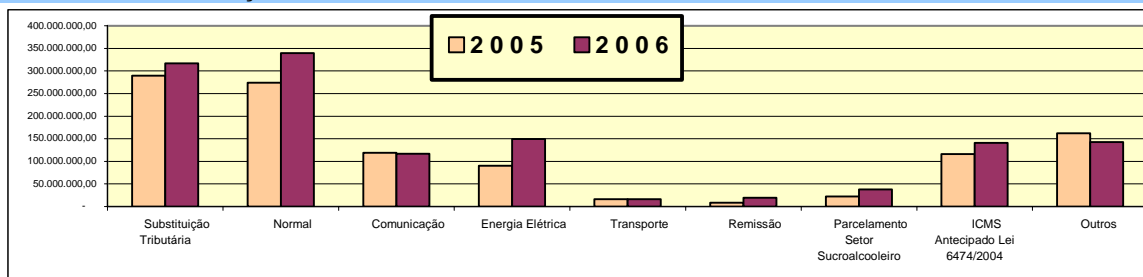
Ainda quando a análise se der pela ótica da participação no montante da receita arrecadada o quadro também permanece também quase inalterado o item denominado de substituição tributária que já respondeu por mais de 41,6% deste volume de arrecadação chegou a janeiro/dezembro de 2006 com uma participação de apenas 24,75% o item denominado de normal manteve-se em 1º lugar e deteve 26,51% do total arrecadado, na terceira posição continua o item energia elétrica com 11,66% espaço este antes ocupado pelo item de receita comunicação que foi também ultrapassada pelo item ICMS antecipado Lei 6474/2004 que assumiu a participação de 11,14% no total da arrecadação do ICMS com o título natureza de recolhimento.

**ARRECAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2005 e 2006**

Especificação	2 0 0 5		2 0 0 6		Variação Nominal (2006/2005)%
	Valor	Participação %	Valor	Participação %	
Substituição Tributária	289.541.905,62	26,37	317.154.565,26	24,75	9,54
Normal	274.032.273,31	24,96	339.693.065,36	26,51	23,96
Comunicação	118.708.574,30	10,81	116.655.047,91	9,10	-1,73
Energia Elétrica	90.292.397,10	8,22	149.390.535,84	11,66	65,45
Transporte	16.579.848,40	1,51	16.428.333,66	1,28	-0,91
Remissão	8.293.283,19	0,76	19.594.494,32	1,53	136,27
Parcelamento Setor Sucroalcooleiro	22.087.108,86	2,01	38.253.449,88	2,99	73,19
ICMS Antecipado Lei 6474/2004	116.157.830,34	10,58	141.321.199,90	11,03	21,66
Outros	162.407.271,24	14,79	142.753.409,86	11,14	-12,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.098.100.492,36</b>	<b>100,00</b>	<b>1.281.244.101,99</b>	<b>100,00</b>	<b>16,68</b>

Subst. Tributária: ICMS retido na fonte. (combustíveis, automóveis, bebidas, cigarros, produtos farmacêuticos, cimento e outros)  
 Normal: Comércio Atacadista, Varejista, Indústrias.  
 Outros: Demais itens não mencionados.

**GRAFICO V - ARRECAÇÃO DO ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2005 - 2006**



O desempenho do grupo de ICMS denominado como diversas atividades econômicas que tem a sua trajetória calcada na conformação do grupo titulado como arrecadação de ICMS segundo a natureza do recolhimento também sofreu pequenas mudanças em sua estrutura no decorrer do exercício financeiro de 2006. Quando se analisa o tamanho da participação individualizada por arrecadação nas diversas atividades, a categoria denominada de prestação de serviços continua assumindo a primeira posição nesta distribuição alcançando 25,8% do total arrecadado embora continue perdendo esta hegemonia quando se compara com o mesmo período do ano de 2005, onde detinha 26,7% desta distribuição de receita, esta retração sem dúvida alguma continua associada à redução



não justificada na arrecadação do ICMS do item comunicação, que retraiu-se nominalmente no período em análise (-1,73%), esta queda não foi mais acentuada por conta da excelente trajetória do setor de energia elétrica; O item extração mineral refino e engarrafamento com participação de 19,4% seguido pelo comércio varejista (18,5%) vêm nos últimos 03 anos disputando a segunda posição nesta participação e têm apresentado crescimentos bastantes elevados neste período, passando de uma participação de 9,7% e 14,5% em 2004 respectivamente o que equivaleu a R\$ 472,9 milhões de arrecadação de ICMS no exercício financeiro de 2006; A categoria com a denominação indústria continua a sofrer redução na sua participação neste período contribuiu com 15,7% do total arrecadado contra os 17,4% logrado em igual período do ano de 2005, saliente-se que sua participação já foi de 21,5% no ano de 2004, neste exercício em análise sua contribuição no volume de arrecadação (R\$ 196,1 milhões) também mais reduzida que em 2004 (R\$ 201,9 milhões); A receita advinda da atividade comércio atacadista que vinha com uma trajetória de queda acentuada nos últimos 03 anos manteve o comportamento das análises anteriores estancando parte desta trajetória descendente participando com 17,9% do total do ICMS deste grupo de receitas.

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - ANO: 2006 - Valores em R\$ Milhão												
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	18,4	16,4	16,8	19,9	18,0	17,7	16,3	16,3	17,8	19,6	22,3	23,3
COMÉRCIO VAREJISTA	24,0	15,7	15,4	21,2	17,8	19,2	18,3	18,1	19,3	17,8	19,4	24,2
INDÚSTRIA	18,7	13,5	15,2	16,5	14,3	15,4	15,4	16,6	15,2	17,7	18,8	18,8
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27,2	16,8	23,6	18,5	47,2	18,6	21,9	27,5	23,8	41,5	28,7	26,8
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	18,9	24,0	11,5	20,6	18,4	21,9	16,9	18,2	14,8	32,3	26,6	18,3
OUTRAS (1)	6,5	4,5	5,4	1,9	2,2	1,9	1,6	1,9	1,7	2,4	2,2	2,6
<b>TOTAL (Valor Principal)</b>	<b>113,6</b>	<b>90,8</b>	<b>87,9</b>	<b>96,9</b>	<b>117,9</b>	<b>94,7</b>	<b>90,4</b>	<b>98,6</b>	<b>92,8</b>	<b>131,4</b>	<b>118,0</b>	<b>114,0</b>

Fonte: SEFAZ / TI

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS POR DIVERSAS ATIVIDADES - PERÍODO: 2005 e 2006 - Valores em R\$ Milhão					
DISCRIMINAÇÃO	2005		2006		Variação Nominal 2006/2005
	Valor	Part(%)	Valor	Part(%)	
COMÉRCIO ATACADISTA	173,1	16,3	222,7	17,9	28,7
COMÉRCIO VAREJISTA	176,6	16,6	230,5	18,5	30,5
INDÚSTRIA	198,6	18,7	196,1	15,7	-1,3
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	284,3	26,7	322,1	25,8	13,3
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	192,8	18,1	242,4	19,4	25,7
OUTRAS (1)	38,8	3,6	34,9	2,8	-10,0
<b>TOTAL</b>	<b>1.064,2</b>	<b>100,0</b>	<b>1.247,1</b>	<b>100,0</b>	<b>17,2</b>

Fonte: SEFAZ / TI

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

Na composição da receita do ICMS com o título de principais segmentos econômicos dentro da atividade comércio atacadista que arrecadou R\$ 222,7 milhões, o sub-segmento comércio de álcool carburante, gasolina e demais derivados, continua contribuindo com o maior percentual desta receita, mantendo uma média acima de 40% do volume deste ingresso; Na atividade comércio varejista o quadro continua com a mesma estrutura apresentada nas últimas análises das receitas que compõem o Tesouro estadual prevalecendo à distribuição quase uniforme entre os itens mercadorias em geral, artigos de vestuários e complementos, lojas de departamentos e magazines que juntos somam em média de mais de 30% do total da receita desta atividade; Na composição da atividade indústria três itens respondem por mais de 50% do total arrecadado o que equivaleu uma receita de R\$ 196,1 milhões no período de janeiro/dezembro de 2006, são eles: usinas de açúcar, automóveis, caminhonetes e utilitários e cerveja, chopes; Os sub-segmentos de Telecomunicações e transmissão e distribuição de energia elétrica arrecadaram de

janeiro/dezembro de 2006 R\$ 290,0 milhões o que correspondeu a 90% da receita de ICMS, advindo do item prestação de serviços; A extração de petróleo e gás natural, isoladamente continua mantendo sua hegemonia dentro da atividade extração mineral, refino e engarrafamento respondendo por mais de 80% da receita total arrecadada no período em análise que foi de R\$ 242,4 milhões.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - ANO: 2006												
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>COMÉRCIO ATACADISTA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Álcool carburante, gasolina e demais derivados	50,2	49,5	43,8	40,2	37,5	34,7	36,5	35,6	35,1	33,4	36,2	33,7
Combustíveis de origem mineral em bruto	0,5	0,4	1,3	2,2	2,2	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,9	1,2
Cigarros, cigarrilhas e charutos	0,0	0,0	0,0	5,8	5,7	6,2	6,6	5,9	6,4	6,7	5,6	5,2
Mercadorias em geral	5,0	5,0	4,0	4,1	4,5	5,1	6,4	3,0	2,6	7,8	9,9	11,2
Peças e acessórios novos para veículos	0,6	0,6	0,5	0,7	0,5	0,5	0,4	0,7	0,8	0,7	0,5	0,5
Cosméticos e produtos de perfumaria	3,3	2,8	5,0	4,8	6,2	5,9	4,8	4,9	5,8	5,3	4,1	5,7
Produtos farmacêuticos de uso humano	2,5	5,9	2,4	5,3	5,4	6,9	5,7	5,4	5,1	5,6	4,4	4,6
Outros	37,9	35,9	43,1	36,8	38,0	40,0	39,3	44,5	44,0	40,3	38,4	37,9
<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Máquinas e aparelhos e equipamentos elétricos	3,0	2,9	2,4	2,7	2,1	3,6	2,6	2,3	2,4	2,6	2,1	2,5
Mercadorias em geral com pred. Produtos Alimentícios	17,7	14,5	14,1	13,9	14,0	12,2	11,7	13,7	14,6	12,8	13,5	11,7
Artigos do vestuário e complementos	16,1	6,3	10,2	9,9	11,1	12,2	12,8	11,1	10,5	12,4	12,6	16,5
Lojas de departamento e magazines	10,3	10,0	5,9	10,2	6,8	10,1	9,4	8,6	7,4	8,2	7,9	6,8
Materiais de construção em geral	3,6	5,3	5,2	5,0	5,1	5,0	4,5	5,2	4,9	5,5	4,9	5,3
Artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene	3,8	3,4	1,9	1,6	1,9	2,3	1,9	2,2	2,0	2,0	2,2	1,9
Moveis	3,3	4,0	4,6	4,5	4,7	5,0	5,1	5,9	5,4	6,1	6,3	5,6
Automóveis, camionetas e utilitários	3,6	4,6	3,7	3,7	3,4	3,5	3,8	4,0	3,7	3,8	3,5	5,3
Tecidos	4,1	1,5	2,0	1,5	1,5	1,9	2,3	1,6	2,0	1,9	1,9	2,9
Calçados	2,8	1,8	1,3	1,5	1,7	1,8	1,6	1,7	1,9	1,6	2,1	2,6
Artigos de armarinho	3,0	3,1	4,1	3,4	2,5	3,2	3,1	3,5	3,5	3,2	3,7	2,9
Mercearias e armazens varejistas	1,3	1,9	2,1	1,8	1,8	1,7	1,8	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7
Outros	27,4	40,9	42,5	40,4	43,3	37,5	39,2	38,2	40,0	38,2	37,7	34,3
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Cervejas e chopes	32,0	16,3	18,3	11,2	8,7	8,3	9,1	14,7	11,1	13,7	17,3	16,7
Cimento	5,8	6,6	5,9	8,1	4,5	5,9	2,5	4,1	5,7	4,6	5,8	5,8
Automóveis, camionetas e utilitários	16,2	20,2	18,1	20,3	19,0	18,9	18,9	14,6	18,2	15,8	16,6	16,1
Cloro e Alcalis	3,5	2,2	3,3	2,5	7,9	2,2	3,0	10,4	2,7	9,0	7,5	0,2
Moagem de trigo e fabricação de derivados	2,0	3,7	12,1	5,2	4,9	4,2	11,0	3,6	4,6	8,7	8,6	7,3
Usinas de açúcar	13,3	19,6	12,9	16,3	18,3	24,4	22,5	23,8	21,5	14,1	12,5	11,9
Resinas termoplásticas	0,8	1,5	1,5	5,1	7,2	5,3	6,8	5,0	6,4	4,7	4,4	4,9
Tintas, vernizes, esmalte e laca	2,7	2,7	2,4	2,3	2,1	1,9	2,1	2,0	3,0	3,3	3,0	3,6
Gases industriais	1,9	2,0	1,7	2,0	2,5	1,9	2,6	2,4	2,4	1,9	1,5	1,9
Cigarros cigarrilhas e charutos	0,8	1,2	1,2	0,1	1,1	3,5	0,1	0,1	1,1	0,2	1,1	0,3
Produtos petroquímicos básicos	2,0	2,9	1,7	2,2	1,0	0,7	0,1	0,1	0,1	1,5	1,2	0,0
Álcool	1,3	0,7	0,6	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,9	1,1	0,3	0,6
Outros	17,8	20,4	20,2	24,4	22,4	22,6	21,0	19,1	22,2	21,4	20,1	30,8
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Transmissão e distribuição de energia elétrica	43,6	28,5	54,2	30,5	74,2	37,6	47,7	32,4	35,9	34,0	36,9	43,6
Telecomunicações por fio	23,0	21,9	17,3	28,5	8,6	22,3	18,0	40,6	26,5	41,0	22,4	16,9
Telecomunicações por satélite	3,2	5,4	3,5	4,5	1,6	3,7	3,3	2,5	8,1	4,0	3,8	13,5
Telecomunicações sem fio - Telefonia movel celular	15,1	14,6	11,9	15,2	6,6	18,0	14,9	11,4	12,8	7,8	18,3	15,5
Telecomunicações sem fio	9,4	18,4	5,8	12,9	5,1	9,4	9,7	7,5	10,5	9,1	11,0	1,5
Outros	5,7	11,2	7,2	8,4	3,9	9,0	6,4	5,7	6,2	3,9	7,7	9,1
<b>EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Extração de petróleo e gás natural	89,3	92,6	89,7	90,4	87,8	55,1	89,0	88,6	84,3	92,7	89,9	75,8
Refino de petróleo	7,7	7,0	8,8	8,6	11,0	43,8	9,7	10,1	13,2	6,3	9,3	22,5
Engarrafamento e gaseificação de água mineral	0,5	0,3	0,9	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,5
Extração de sal-gema	2,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	0,5	0,5	0,7	0,2	0,0	0,7
Outros	0,4	0,1	0,6	0,5	0,8	0,5	0,5	0,5	1,5	0,5	0,4	0,6

Fonte: SEFAZ / TI

No 4º trimestre/2006 as despesas do tesouro estadual somaram R\$ 831,1 milhões com um crescimento nominal de 10,52 % em comparação ao 3º trimestre de 2006; No grupo de gastos sob responsabilidade do Poder Executivo, os maiores incrementos aconteceram nos itens: serviço da dívida pública que cresceu 17,73% comparado ao 3º trimestre seguido pelo gasto com pessoal (10,34%) representando um dispêndio total de R\$

351,6 milhões no período, depois vem o custeio/ investimento (7,35%) equivalendo a um desembolso financeiro de R\$130,2 milhões; Já as transferências ao fundef/liquido e aos municípios foram incrementadas em 32,96% e 12,34% respectivamente e que somaram juntos a quantia de R\$155,2 milhões neste 4º trimestre. As transferências a outros Poderes incluindo-se o Ministério Público sofreram um decréscimo de (-4,99%) neste período comparadas ao 3º trimestre, alcançando o montante de R\$ 87,9milhões, a exceção neste quadro de retração coube aos repasses feitos para o Tribunal de Contas que cresceram 4,68%; No item de despesa serviço da dívida o crescimento nominal foi de 17,73% neste 4º trimestre, este incremento é justificado pelo valor de R\$51,2 milhões desembolsado com esta despesa no mês de outubro onde se inclui débitos do mês de setembro, como já alertado anteriormente os pagamentos de parcelamentos dos órgãos da administração indireta junto ao FGTS e INSS assumidos pelo Tesouro estadual tem comprometido parcela considerável das recitas do Tesouro estadual, alcançou (R\$ 7,9 milhões) no período em análise; No item de gasto despesa com pessoal do Poder Executivo o crescimento de 10,34% acarretou um incremento financeiro de R\$ 36,0 milhões, a despesa com o pessoal dos órgãos da Administração direta somou R\$ 202,9 milhões, valor equivalente a 58% do total de gasto com pessoal daquele Poder, seguido pelo desembolso com inativos e pensionista que somou R\$ 95,7 milhões ( 27%) despesa esta que tem crescido bastante e deve ser assumida pelo fundo de pensão já criado, o AL – previdência, o que não vem acontecendo pois este fundo foi criado no ano de 2002 e ate a presente data não está consolidado. Acrescente-se ainda o incremento sofrido neste item de gasto ao longo de 2006, onde a despesa do mês de dezembro alcançou R\$ 122,0 milhões contra R\$ 88,0 milhões em dezembro do exercício financeiro de 2005 representando um crescimento de 27,8% esta evolução decorreu de novas contratações de servidores públicos, reajustes concedidos a várias categorias de servidores e isonomia funcional entre servidores de nível superior.

<b>DESPESA - (Poder Executivo e Transferências a Poderes)</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
<b>Transf. a Poderes</b>	<b>26.262.680,33</b>	<b>30.345.704,16</b>	<b>31.387.988,66</b>	<b>87.996.373,15</b>	<b>92.621.037,47</b>	<b>-4,99</b>
Tribunal de Justiça	11.000.000,00	12.005.023,83	10.000.000,00	33.005.023,83	36.015.071,49	-8,36
Tribunal de Contas	3.562.680,33	3.562.680,33	4.062.680,33	11.188.040,99	10.688.040,99	4,68
Assembléia Legislativa	7.000.000,00	10.393.000,00	11.640.000,00	29.033.000,00	30.662.000,00	-5,31
Ministério Público	4.700.000,00	4.385.000,00	5.685.308,33	14.770.308,33	15.255.924,99	-3,18
<b>Poder Executivo</b>	<b>250.785.209,12</b>	<b>228.760.628,47</b>	<b>263.604.467,89</b>	<b>743.150.305,48</b>	<b>659.383.352,97</b>	<b>12,70</b>
Pessoal (Desp.Bruta)	110.028.778,98	119.541.502,61	122.033.088,48	351.603.370,07	318.652.237,29	10,34
Custeio / Investimento	42.468.335,53	32.114.367,84	55.684.711,12	130.267.414,49	121.343.083,19	7,35
Transf. a Municípios	28.811.292,89	34.555.021,03	27.653.410,07	91.019.723,99	81.023.624,72	12,34
Fundef / Líquido	18.189.136,47	23.861.364,55	22.215.415,64	64.265.916,66	48.334.793,90	32,96
Serviço da Dívida	51.287.665,25	18.688.372,44	36.017.842,58	105.993.880,27	90.029.613,87	17,73
<b>TOTAL</b>	<b>277.047.889,45</b>	<b>259.106.332,63</b>	<b>294.992.456,55</b>	<b>831.146.678,63</b>	<b>752.004.390,44</b>	<b>10,52</b>

Fonte: SEFAZ

<b>OUTRAS DESPESAS</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
Restos a Pagar	1.320.559,14	2.930.524,54	99.243,65	4.350.327,33	20.233.689,11	-78,50
Precatórios/A Trabalhistas	-	-	-	-	-	-

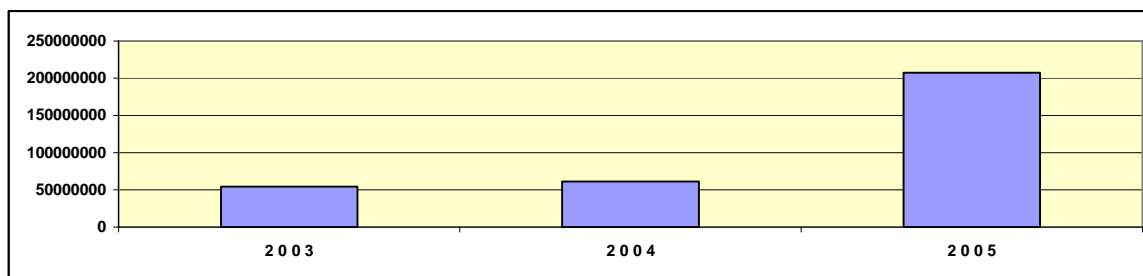
Fonte: SEFAZ

<b>DESPESA REALIZADA COM PESSOAL - Poder Executivo ( Adm. Direta e Indireta)</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
Adm. Direta	65.586.580,27	65.154.051,82	72.170.581,07	202.911.213,16	190.086.339,59	6,75
Adm. Indireta	13.254.383,58	25.678.355,11	13.929.723,78	52.862.462,47	39.326.572,03	34,42
Pensões	12.234.779,68	9.917.555,73	12.730.001,52	34.882.336,93	35.656.668,10	-2,17
Inativos	18.953.035,45	18.791.539,95	23.202.782,11	60.947.357,51	53.582.657,57	13,74
<b>TOTAL</b>	<b>110.028.778,98</b>	<b>119.541.502,61</b>	<b>122.033.088,48</b>	<b>351.603.370,07</b>	<b>318.652.237,29</b>	<b>10,34</b>

Fonte: SEFAZ

As despesas com restos a pagar do exercício financeiro de 2005, neste 4º trimestre alcançaram R\$ 4,3 milhões, e o volume acumulado no período de janeiro/dezembro de 2006 somou R\$ 140,5 milhões resultando em um crescimento de 92,2% quando comparase com o mesmo período de 2005, (R\$ 73,1 milhões) como o total de restos a pagar do exercício de 2005 somou R\$ 192,2 milhões o Tesouro estadual deixou de honrar R\$ 51,7 milhões dívida esta que deverá comprometer parte das receitas e orçamento do exercício financeiro de 2007, uma vez que esta despesa passa a ser classificada com o título de despesas de exercícios anteriores. Mais uma vez voltamos a reiterar que a aceleração e o descontrole nos gastos públicos estaduais no exercício financeiro de 2005 e com a manutenção destes níveis elevados em 2006, principalmente nos itens de despesas custeio da maquina e investimentos e pessoal do Poder Executivo, responsáveis diretos pela consumação do atual desequilíbrio nas contas públicas estaduais.

**GRÁFICO VI - RESTOS A PAGAR - PERÍODO: 2003-2005.**



<b>SERVIÇO DA DÍVIDA</b>						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2006(b)	(a/b)%
COHAB	533.063,54	547.128,12	533.512,54	1.613.704,20	1.577.060,71	2,32
IPASEAL	1.524.804,88	1.526.474,85	1.526.627,12	4.577.906,85	4.505.199,19	1,61
DMLP	2.104.314,13	-	-	2.104.314,13	-	-
VOTO 340/B.BRASIL	88.151,44	91.238,75	1.698.373,20	1.877.763,39	269.438,97	596,92
AV 030/B. BRASIL	147.450,36	139.588,70	4.006.438,70	4.293.477,76	433.712,71	889,94
ROLAGEM/C. UNIÃO	39.458.497,28	13.754.195,47	25.132.593,72	78.345.286,47	72.913.724,52	7,45
PNAFE/CEF/SEFAZ	-	-	-	-	1.733.223,21	-100,00
DER/BIRD	2.420.248,44	-	-	2.420.248,44	-	-
CASAL/DMLP	2.067.326,32	-	-	2.067.326,32	-	-
CASAL/AV. 030	22.268,84	10.857,28	311.623,19	344.749,31	23.051,86	1.395,54
PRODETUR - I	116.702,90	118.614,86	117.087,80	352.405,56	361.857,31	-2,61
PARC. INSS	1.586.526,63	1.474.059,30	1.335.793,73	4.396.379,66	5.116.336,78	-14,07
PARC. FGTS	1.218.310,49	1.026.215,11	1.355.792,58	3.600.318,18	3.096.008,61	16,29
<b>TOTAL</b>	<b>51.287.665,25</b>	<b>18.688.372,44</b>	<b>36.017.842,58</b>	<b>105.993.880,27</b>	<b>90.029.613,87</b>	<b>17,73</b>

Fonte: SEFAZ

No período de janeiro/dezembro de 2006 o comprometimento da receita corrente líquida com a despesa de pessoal no estado de Alagoas, alcançou a média de 59,81%, cabendo ao Poder Executivo 46,50 % deste total e a despesa com os repasses aos demais Poderes incluindo-se o Ministério Público consumiram 13,32%. Saliente-se que

principalmente no 3º e 4º trimestres este quadro apresentou com uma forte tendência de crescimento neste nível de comprometimento, chegando a ultrapassar a (60%) da RCL entre os meses de agosto a novembro, percentual este definido como limite máximo permitido pela Lei de responsabilidade fiscal – LRF a ser despendido com esta despesa, no âmbito dos Estados.

<b>TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - PERÍODO: 2005-2006</b>						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
<b>Transf. a Poderes</b>	<b>307.334.757,16</b>	<b>358.627.485,56</b>	<b>16,69</b>	<b>324.378.347,78</b>	<b>362.547.142,98</b>	<b>11,77</b>
Tribunal de Justiça	122.808.687,98	141.050.238,30	14,85	129.640.750,78	142.626.958,79	10,02
Tribunal de Contas	37.558.190,25	43.052.163,96	14,63	39.639.144,98	43.517.898,59	9,79
Assembleia Legislativa	94.308.303,25	113.987.000,00	20,87	99.515.500,23	115.198.217,96	15,76
Ministério Público	52.659.575,68	60.538.083,30	14,96	55.582.951,79	61.204.067,64	10,11
<b>Poder Executivo</b>	<b>2.454.037.797,10</b>	<b>2.647.301.498,00</b>	<b>7,88</b>	<b>2.585.571.392,49</b>	<b>2.658.705.550,15</b>	<b>2,83</b>
Pessoal (Desp.Bruta)	1.150.417.190,77	1.252.172.418,29	8,85	1.211.874.368,35	1.265.265.923,60	4,41
Custeio / Investimento (2)	460.259.621,03	454.695.191,70	-1,21	483.504.673,07	456.927.582,47	-5,50
Transf. a Municípios	283.064.939,89	336.815.578,70	18,99	298.691.494,70	340.492.285,25	13,99
Fundef / Líquido	180.147.122,75	222.583.368,80	23,56	190.182.700,25	212.404.193,00	11,68
Serviço da Dívida	380.148.922,66	381.034.940,50	0,23	401.318.156,12	383.615.565,82	-4,41
<b>TOTAL</b>	<b>2.761.372.554,26</b>	<b>3.005.928.983,56</b>	<b>8,86</b>	<b>2.909.949.740,26</b>	<b>3.021.252.693,12</b>	<b>3,82</b>

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

(2) - Valores atualizados pelo SIAFEM

<b>COMPARATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X PESSOAL DO P. EXECUTIVO E DE OUTROS PODERES - Jan-Dez/2006</b>						
PERÍODO	RECEITA C. LÍQUIDA (a)	PESSOAL DO PODER EXECUTIVO		OUTROS PODERES		Participação (%) Executivo+Poderes
		VALOR (b)	Participação(b/a)%	VALOR (c)	Participação(c/a)%	
Janeiro	236.144.650,06	94.071.279,09	39,84	29.738.012,49	12,59	52,43
Fevereiro	197.366.468,79	92.324.064,81	46,78	29.051.012,49	14,72	61,50
Março	185.865.784,04	95.376.482,82	51,31	29.665.012,49	15,96	67,28
Abril	213.841.869,19	97.660.662,74	45,67	30.004.012,49	14,03	59,70
Mai	240.649.563,69	100.914.169,86	41,93	29.549.012,49	12,28	54,21
Junho	217.377.332,34	101.570.151,60	46,73	30.003.012,49	13,80	60,53
Julho	264.523.035,47	105.223.473,28	39,78	29.779.012,49	11,26	51,04
Agosto	209.970.968,48	108.288.227,70	51,57	31.333.012,49	14,92	66,50
Setembro	195.015.463,82	105.140.536,31	53,27	31.509.012,49	16,16	69,43
Outubro	219.960.686,31	110.028.778,98	50,02	26.262.680,33	11,94	61,96
Novembro	237.961.794,40	119.541.502,61	50,24	30.345.704,16	12,75	62,99
Dezembro	274.425.384,90	122.033.088,48	44,47	31.387.988,66	11,44	55,91
<b>T O T A L</b>	<b>2.693.103.001,49</b>	<b>1.252.172.418,28</b>	<b>46,50</b>	<b>358.627.485,56</b>	<b>13,32</b>	<b>59,81</b>

Fonte: SEFAZ

<b>RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - ESTADOS DO NORDESTE - 2005 - Valor R\$ Mil</b>			
ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DESPESA COM PESSOAL (DLP)	(DLP/RCL)%
Maranhão	3.700.427	1.492.088	40,32
Piauí	2.357.829	1.102.965	46,78
Ceará	5.304.380	2.259.155	42,59
Rio Grande do Norte	3.144.162	1.534.639	48,81
Paraíba	2.912.034	1.288.762	44,26
Pernambuco	6.281.379	2.730.216	43,47
<b>Alagoas</b>	<b>2.442.959</b>	<b>1.069.231</b>	<b>43,77</b>
Sergipe	2.536.658	947.107	37,34
Bahia	10.329.111	4.160.927	40,28

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

No exercício financeiro de 2006, os gastos com o custeio e investimento na estrutura da administração pública estadual somaram R\$ 454,6 milhões, com uma pequena retração (-1,21%) quando comparado ao mesmo período de 2005, no entanto quando o comparativo é com o exercício financeiro de 2004, este crescimento chega a 82,0% Os gastos com serviços de terceiros, pessoa jurídica, com um dispêndio de R\$ 194,6 milhões

(42,8%) contínua ocupando o primeiro lugar, seguido pelo item material de consumo (16,4%) que alcançou R\$ 74,6 milhões, milhões, já os gastos com investimentos somaram R\$ 66,4 milhões por sua vez as despesas com serviços de terceiros, pessoa física chegou a R\$ 50,1 milhões.

<b>SERVIÇO DA DÍVIDA - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - PERÍODO: 2005-2006</b>						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2006 (1)		
	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%	2005(a)	2006 (b)	(b/a)%
COHAB	5.395.248,93	6.327.383,90	17,28	5.687.678,57	6.396.524,24	12,46
IPASEAL	11.078.447,87	16.557.253,83	49,45	11.675.624,74	16.723.184,02	43,23
DMLP	5.487.361,81	4.582.665,71	-16,49	5.791.207,40	4.625.775,09	-20,12
VOTO 340/B. BRASIL	4.383.887,83	6.056.402,36	38,15	4.668.624,96	6.128.539,67	31,27
AV 030/B. BRASIL	10.657.018,93	13.756.515,35	29,08	11.376.618,96	13.921.995,43	22,37
ROLAGEM/C. UNIÃO	305.476.235,95	288.746.772,46	-5,48	322.341.841,23	291.913.804,83	-9,44
PNAFE/CEF/SEFAZ	3.735.019,30	3.471.473,45	-7,06	3.966.427,71	3.514.585,57	-11,39
DER/BIRD	5.743.476,68	4.846.653,08	-15,61	6.064.081,38	4.891.166,82	-19,34
CASAL/DMLP	5.351.891,34	4.494.645,43	-16,02	5.626.840,65	4.536.907,59	-19,37
CASAL/AV. 030	797.037,12	1.070.107,49	34,26	851.442,62	1.082.951,10	27,19
PRODETUR	1.539.409,24	1.437.845,87	-6,60	1.628.308,19	1.453.761,90	-10,72
PARC. INSS	14.050.057,79	19.676.551,45	40,05	14.811.423,08	19.902.406,00	34,37
PARC. FGTS	6.453.829,87	10.010.670,12	55,11	6.828.036,65	10.105.422,78	48,00
<b>TOTAL</b>	<b>380.148.922,66</b>	<b>381.034.940,50</b>	<b>0,23</b>	<b>401.318.156,12</b>	<b>385.197.025,01</b>	<b>-4,02</b>

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

O desembolso efetivo com o serviço da dívida no período de janeiro/dezembro de 2006, somou R\$ 381,0 milhões confirmando a tendência de retração apresentada nos últimos Boletins de Receita e Despesa com uma redução real de -4,41% quando o comparativo é feito com igual período do exercício financeiro passado, esta performance é fruto da redução acentuada que vem sofrendo o principal índice de correção (IGP-DI) que atualiza quase a totalidades dos contratos de dívida pública estadual renegociados junto ao Governo federal bem como a decisão judicial temporária que tem beneficiado o Tesouro estadual, quanto ao limite de comprometimento de 15% da receita líquida real - RLR com o pagamento do citado encargo financeiro. Em função deste panorama favorável o comprometimento da RLR no período em análise ficou em 16,08%, contra 18,97% do mesmo período do exercício de 2005.

Acrescente-se que alguns contratos de dívida pública estadual não se enquadram dentro do limite de (15%RLR), razão porque o comprometimento com este encargo ultrapassou o limite referido anteriormente. Dentre estas estão os contratos de refinanciamento de débitos junto ao FGTS e INSS, que consomem anualmente juntas em média R\$ 30,0 milhões e apresentam um considerável saldo devedor de R\$ 325,9 milhões face a esta constatação seria prudential ao Tesouro estadual rever estes contratos junto a seus credores uma vez que esta negociação foi conduzida por uma empresa privada sem a devida participação e acompanhamento por parte de técnicos do governo estadual envolvidos com a área da dívida pública, nesta negociação inclui-se as compensações de contribuições previdenciárias que vem acontecendo entre o INSS e o fundo de pensão estadual -AL previdência, também merecem atenção especial a dívida contraída pelo governo de Alagoas junto ao Estado do Paraná e o saldo remanescente da dívida mobiliária estadual (letras do governo de Alagoas) em poder de diversos credores.

Mesmo com esta conjuntura favorável e o considerável pagamento efetivado pelo Tesouro estadual com esta despesa o estoque da dívida pública estadual tem crescido acentuadamente a cada exercício, chegando a R\$ 6.075,6 bilhões posição em dezembro de 2006, o que equivale a uma incorporação de mais R\$ 400,0 milhões ao saldo devedor

apesar de um desembolso de R\$ 381,0 milhões com o pagamento destes encargos em 2006, equivalendo a 7,0% de incremento neste estoque em comparação com a posição do mesmo período do ano de 2005.

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL MENSAL X SERVIÇO DA DÍVIDA - Janeiro-Dezembro/2006			
PERÍODO	RECEITA L. REAL	SERVIÇO DA DÍVIDA	PARTICIPAÇÃO (%)
Janeiro	193.603.228,67	39.452.553,52	20,38
Fevereiro	171.789.679,28	22.882.867,76	13,32
Março	167.659.511,25	24.176.585,81	14,42
Abril	185.409.648,47	36.132.418,99	19,49
Maior	207.844.422,87	29.588.196,85	14,24
Junho	190.245.488,69	32.778.823,43	17,23
Julho	238.956.327,36	31.181.683,30	13,05
Agosto	183.122.868,00	25.616.886,16	13,99
Setembro	174.581.673,83	33.231.044,41	19,03
Outubro	191.763.356,82	51.287.665,25	26,75
Novembro	204.649.139,32	18.688.372,44	9,13
Dezembro	260.705.969,56	36.017.842,58	13,82
<b>T O T A L</b>	<b>2.370.331.314,12</b>	<b>381.034.940,50</b>	<b>16,08</b>

Fonte: SEFAZ

DÍVIDA CONTRATUAL DO ESTADO DE ALAGOAS (SALDO DEVEDOR) - POSIÇÃO EM: 2006					
Especificação	ADM.DIRETA ESTADO	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			TOTAL
		CASAL	COHAB	IPASEAL	
<b>DÍVIDA INTERNA</b>	<b>5.549.756.069,99</b>	<b>29.456.482,08</b>	<b>129.903.351,06</b>	<b>279.458.745,08</b>	<b>5.988.574.648,21</b>
<b>BANCO DO BRASIL S/A</b>	<b>5.001.763.917,76</b>	<b>29.465.482,08</b>	<b>3.036.939,29</b>	<b>9.857.835,84</b>	<b>5.044.124.174,97</b>
GOV.EST.LEI 8727/93 - ROLAGEM	381.711.974,17	-	-	9.857.835,84	391.569.810,01
GOV.EST.LEI 9496/97 - DIV.MOB.	1.245.194.219,89	-	-	-	1.245.194.219,89
GOV.EST.LEI 9496/67 - LIQ.BEA	1.002.224.018,90	-	-	-	1.002.224.018,90
GOV.EST.LEI 9496/67 - ROLAGEM	2.312.014.182,99	-	-	-	2.312.014.182,99
GOV.EST.LEI 7976/89 - VOTO 340	9.493.383,56	-	-	-	9.493.383,56
GOV.EST.LEI 7976/89 - AVISO 30	22.945.081,76	1.784.680,94	-	-	24.729.762,70
DMLP	28.176.056,49	27.680.801,14	-	-	55.856.857,63
<b>BANCO DO NORDESTE</b>	<b>9.259.856,56</b>	-	-	-	<b>9.259.856,56</b>
PRODETUR - I	9.259.856,56	-	-	-	9.259.856,56
<b>BNDES</b>	<b>61.000.000,00</b>	-	-	-	<b>61.000.000,00</b>
PRIVATIZAÇÃO/CEAL	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>	<b>22.917.248,28</b>	-	<b>126.866.411,77</b>	<b>269.600.909,24</b>	<b>419.384.569,29</b>
PNAFE/CEF/SEFAZ	22.917.248,28	-	-	-	22.917.248,28
<b>OUTROS</b>	<b>454.815.047,39</b>	-	-	-	<b>454.815.047,39</b>
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	128.857.351,15	-	-	-	128.857.351,15
FGTS	66.341.311,97	-	-	-	66.341.311,97
INSS	259.616.384,27	-	-	-	259.616.384,27
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>6.589.120,39</b>	-	-	-	<b>6.589.120,39</b>
BIRD/DER	6.589.120,39	-	-	-	6.589.120,39
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>80.428.388,15</b>	-	-	-	<b>80.428.388,15</b>
<b>T O T A L</b>	<b>5.630.184.458,14</b>	<b>29.465.482,08</b>	<b>129.903.351,06</b>	<b>279.458.745,08</b>	<b>6.075.601.156,77</b>

Fonte: SEFAZ

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - VALOR EM 31/12/2005 - R\$ MIL			
ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	(DCL/RCL)
Maranhão	3.700.427	4.349.732	<b>1,18</b>
Piauí	2.357.829	2.580.295	<b>1,09</b>
Ceará	5.304.380	3.876.734	<b>0,73</b>
Rio Grande do Norte	3.144.192	1.001.351	<b>0,32</b>
Paraíba	2.912.034	2.584.626	<b>0,89</b>
Pernambuco	6.281.379	5.230.444	<b>0,83</b>
<b>Alagoas</b>	<b>2.450.847</b>	<b>5.487.783</b>	<b>2,24</b>
Sergipe	2.536.658	1.150.211	<b>0,45</b>
Bahia	10.329.111	12.048.374	<b>1,17</b>

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

No comparativo de comprometimento da receita corrente líquida com o montante da

dívida consolidada, o estado de Alagoas, entre os estados nordestinos, continua detendo ainda o maior percentual de comprometimento. Muito embora esta relação venha reduzindo-se de forma acentuada nos últimos exercícios, chegando a uma relação de 2,24% entre DCL/RCL em 12/2005, segundo constata-se em relatório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

<b>RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - PERÍODO: 2000-2005</b>						
<b>ESTADOS</b>	<b>2 0 0 0</b>	<b>2 0 0 1</b>	<b>2 0 0 2</b>	<b>2 0 0 3</b>	<b>2 0 0 4</b>	<b>2 0 0 5</b>
Maranhão	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,18
Piauí	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09
Ceara	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73
Rio Grande do Norte	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32
Paraíba	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89
Pernambuco	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83
<b>Alagoas</b>	<b>2,23</b>	<b>1,78</b>	<b>2,36</b>	<b>2,77</b>	<b>2,64</b>	<b>2,24</b>
Sergipe	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45
Bahia	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17
Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional						

Home page: [www.sefaz.al.gov.br](http://www.sefaz.al.gov.br)

Fone: 082 33158287